

AS INTERFACES DA ARQUEOLOGIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA - GEPAR

Elaine Ignacio*

Resumo

Existe na região de Buriti dos Lopes - Piauí, Brasil, e cidades circunvizinhas, grande quantidade de sítios arqueológicos. Devido a este fato, o Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia - GEPAR, através da gestão compartilhada com a comunidade, utiliza o patrimônio cultural e natural como ferramenta de socialização do conhecimento para incentivo da resiliência humana e desenvolvimento sustentável local. Desta forma, a comunidade adquire pertencimento de valor significante, consolidando sua identidade cultural e, conseqüentemente, a salvaguarda de seu patrimônio.

Palavras-chave: educação patrimonial; arqueologia; patrimônio cultural; comunidade.

Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso. No começo, achei que aqueles homens não batiam bem, porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois, aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão. Logo, pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o

* Professora da Universidade Federal do Piauí - UFPI – Brasil. Doutoranda em Patrimônio na Universidade de Extremadura - Espanha / História na Universidade Federal de Santa Maria - RS – Brasil. Pesquisadora Associada - Instituto Terra e Memória. Grupo "Quaternário e Pré-História" do Centro de Geociências (uID73 - Fundação para a Ciências e Tecnologia) – Portugal. E-mail cancellero.ignacio@gmail.com.

primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, mesmo que ainda dígrafos. Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha. Passava horas inteiras, dias inteiros, fechado no quarto, trancado, a escovar palavras. Logo a turma perguntou: o que eu fazia o dia inteiro trancado naquele quarto? Eu respondi a eles, meio entressanhado, que eu estava escovando palavras. Eles acharam que eu não batia bem. Então eu joguei a escova fora (BARROS, 2003, p. 17).

Introdução

O GEPAR – Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia desenvolve pesquisas em Buriti dos Lopes e região nas áreas que abrangem o Patrimônio Cultural Material e Imaterial da cidade, através de uma série de ações voltadas para o desenvolvimento da cultura, preservação e ressignificação do patrimônio, difundindo a Educação Patrimonial como ferramenta de fomento de desenvolvimento com a participação ativa da comunidade. Através da prospecção arqueológica, mapeou-se o potencial histórico e arqueológico da região, que abrange não só Buriti dos Lopes como também as outras cidades que outrora foram parte de seu território.

Referenciais Teóricos

Essa citação introdutória apresenta-se oportunamente para o que aqui será tratado: “Educação Patrimonial” é o essencial trabalho da Arqueologia nas escavações de vestígios da cultura material e, conseqüentemente, reconhecimento da identidade cultural dos povos; e, mesmo, para o despertar de interesse dos sujeitos cognoscentes frente à ciência de uma maneira geral.

Bezerra (2008, pp. 57-62) aponta que a inclusão da arqueologia em projetos educacionais nos ambientes escolares se apresenta favorável por uma gama de fatores que vão desde a sua natureza interdisciplinar à fascinação que exercem sobre as crianças e sua forma de investigação, servindo como um veículo para o aprendizado das várias disciplinas do currículo escolar, assumindo um caráter transversal.

A autora supramencionada define esse fascínio como sendo o prazer da descoberta e que o ato de descobrir o passado provoca encantamento das formas mais variadas e contagiante possíveis, atingindo desde a ficção, com suas séries televisivas, tais como CSI e Arquivos do FBI, ou mesmo trilhas investigativas de Sherlock Holmes. Não fica impune nem mesmo o pai da psicanálise, Sigmund Freud, que, de acordo com Kuspit (1994, p. 167 apud Bezerra, 2008, p. 59) “considerava os sonhos sítios arqueológicos

para se começar a escavar em busca de desejos e da lembrança dos desejos”. do que se infere, ainda segundo a autora, como pungente nessa metáfora, o “poder de ofício do arqueólogo no imaginário dos indivíduos”.

Deste modo, antes que se sejam dados quaisquer pormenores acerca de Patrimônio e Educação Patrimonial, há que se entender o porque deste fascínio e de como este contágio no ato de descobrir pode, sobremaneira, ser incorporado aos currículos escolares como forma de introduzir uma “cultura” de conhecimento, preservação e salvaguarda do patrimônio pelos sujeitos desde tenra idade; podendo ser aproveitado, inclusive, para a elaboração de projetos educativos que contemplem tal proposta. Tal necessidade é enfatizada como essencial em estudos que perpassam a área, conforme a passagem “Antes de discutir o conceito de patrimônio, é necessário trazer os conceitos de cultura e a mediação simbólica para compreender como se constitui o processo cultural e a importância do patrimônio para a educação” (VIANA, 2009, p. 23).

Como todos os indivíduos, o desejo da criança é dialético, dado que, ao mesmo tempo em que a ela procura a verdade, procura também o maravilhoso. Para a criança, qualquer sabugo de milho é capaz de se transformar numa boneca ou qualquer pedaço de bambu pode transformar-se em um cavalo alado (HORTA, 2008).

Assim, a fantasia projeta-se nos desenhos animados, nas histórias em quadrinhos, na literatura infantil e nos imaginários dos contos populares. A criança encontra-se em processo de evolução cognitiva e vai perpassando por diferentes estágios de desenvolvimento. Um estágio pode ser caracterizado pela inteligência inata do ser vivo, ou seja, a capacidade natural que todos os seres humanos têm para enfrentar os problemas e conflitos encontrados no ambiente, através das habilidades inatas como, por exemplo, numa criança que, ao ver uma bola estando próxima dela, lança mão de suas habilidades inatas (visão/preensão) para agarrá-la e jogá-la para longe (conhecido na teoria piagetiana como sendo o estágio sensório-motor). Em momentos subsequentes, a criança vai assimilando e acomodando simultaneamente para manter-se em equilíbrio e continuar a desenvolver-se cognitivamente, através da sua experiência no mundo dos objetos, realizando operações de classificação, comparação e diferenciação, de forma a construir, simultaneamente, a partir de sua inteligência prática, o seu pensamento e a sua linguagem, avançando para o simbolismo e a abstração de um pensamento formal (VIOTTO FILHO; PONCE, 2005). Isto porque, segundo Piaget:

há uma diferença qualitativa entre a lógica infantil (mais simples) e a lógica do adulto (mais complexa), e isto precisa ser compreendido adequadamente de forma a se entender que os processos de construção

da cognição humana vão se complexificando com o passar do tempo (PIAGET, 1938, *apud* VIOTTO FILHO; PONCE, 2005, p. 141).

Neste ínterim, segundo Horta (2008, p. 16) haveria uma característica uníssona aos diversos estágios de desenvolvimento dos indivíduos, ao afirmar que “os monumentos e objetos do patrimônio cultural possibilitam às crianças, do mesmo modo que aos adultos, uma experiência concreta, não-verbal (e, por isso, acessível a todos)”.

Na lógica de interação do indivíduo no mundo, um teórico de destaque é Vygotsky, cujo entendimento é de que o sujeito passa a ser cultural quando estabelece relações com o mundo, em clara oposição àquilo que é oferecido pela natureza. Aqui é importante ressaltar uma diferença, a de que nem tudo que é social é cultural, mas tudo que é cultural é social, pois a sociabilidade é pré-condição para a existência da cultura, possibilitando que o sujeito se constitua historicamente como membro de um grupo, de um modo de produção, mas criando a sua maneira própria de dar significado ao que experiencia (VIANA, 2009).

Desta forma, o processo complexo da cultura seria o que separa o homem de outras espécies sociais de vida existentes no mundo, pois seria pela cultura que o homem produziria e significaria suas relações com o mundo, “atuando e transformando o mesmo em seu favor por relações mediadas” (VIANA, 2009).

Compreender a ideia de cultura é uma questão relevante para entender o conceito de patrimônio e os conceitos de signo, mediação e significação trazidos na literatura vygotskyana, que põe em evidência que:

Cultura não é como bloco uniforme, mas composta por uma complexidade de produções do homem, que não se estende somente à produções de materiais, mas, sobretudo, à produção de signos que são matéria-prima para a construção de significados compartilhados socialmente nas relações sociais entre sujeitos e do homem com o mundo (VIANA, 2009, p. 25).

Nesta perspectiva, Vygotsky contribui para entender questões inerentes à cultura e a compreender melhor a reflexão sobre o conceito de patrimônio e a relação da educação patrimonial. Este processo ocorre tanto no contexto de educação formal, fortalecendo a intersecção com a transversalidade de conhecimentos, como também nos contextos não-formais, fortalecendo vínculos da comunidade com o entorno, com sua região e com o patrimônio cultural nacional, contribuindo para as identidades coletivas, respeitadas as ênfases pluralistas e não uniformizadoras.

Entendendo que os contextos culturais se retroalimentam a partir dos inúmeros significados criados, o conceito de patrimônio e sua relação com o sentido passa a ampliar as díspares maneiras de dar significado ao patrimônio nos grupos sociais. A partir deste entendimento, considera-se patrimônio como uma construção constante, que se renova a partir dos diferentes sentidos que a coletividade produz em relação ao mesmo (VIANA, 2009).

Neste escopo, o patrimônio é dinâmico e renovável, pois as formas de compreendê-lo não são estáveis, haja vista que mantém uma relação de sentido com diferentes coletivos e não apenas com o significado.

Assim, neste processo dinâmico de sociabilização em que passa a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. O reconhecimento de que todos os povos produzem cultura e que cada um passa a formar diferentes modos de expressão consiste em aceitar a diversidade cultural, a pluralidade, constituindo o reconhecimento de culturas distintas, porém, a não existência de uma ou outra melhor do que outra (s) (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 07).

A memória, conforme aponta Mariani (2008, p. 78), “enquanto qualidade essencial do ser humano, em qualquer sociedade”, sempre ocupou um espaço de tensão entre o velho e o novo, sendo que:

O sentido e o valor social atribuído à permanência ou à recuperação do passado na vida presente foi o que se diferenciou no decorrer da história da humanidade. Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva era assegurada e revivida através das narrativas, mitos e efêmeros [...] Na Grécia pré-clássica, cabia aos aedos, poetas gregos, a função de narrar os acontecimentos e façanhas do seu povo, rememorando o passado e integrando-o à vida social [...] A modernidade trouxe o desenvolvimento material e a ideia de progresso, inaugurando um tempo de expectativa promissor. O passado tornou-se fugidio e figurado como um território do que foi definitivamente vivido e então ameaçado de desaparecimento (MARIANI, 2008, p. 79).

Na contemporaneidade, não se cumpre mais um papel uniforme de porta-voz mnemônico, mas a atenção à diversidade cultural dentro da identidade nacional, dada à existência de tantas memórias coletivas quanto seriam os segmentos sociais, etnias e grupos sociais. Assim, constitui-se como imperativa a mudança paradigmática quanto à noção de patrimônio, estendida aos bens culturais e simbólicos, afirmando um propósito de valorização de memórias plurais (MARIANI, 2008, p. 80).

Sob este aspecto, algumas indagações se tornam imprescindíveis como norteadoras de um caminho para o desenvolvimento de ações educativas, já que, ainda conforme

Mariani (2008, p. 82), “pensar na prática educativa instigadora da memória coletiva é trazer à tona nossa delicada relação com o passado”.

Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 1580), “patrimônio é definido como ‘herança paterna’, ‘bens de família’, ‘dote’ e ‘outras riquezas’ transmitidas de geração a geração”. No entanto, o patrimônio cultural de uma pessoa, povo ou nação tem um caráter bem mais amplo e significativo, incorporando tanto bens preciosos que podem não ser palpáveis como uma lenda ou um ditado popular. Assim:

O patrimônio cultural pode ser definido como o conjunto de ordem material e imaterial que fazem parte da identidade e da memória dos diferentes grupos sociais que formam a sociedade nacional. Nesse sentido, podemos citar como exemplos de patrimônios culturais: sítios arqueológicos, objetos artísticos culturais, estruturas arquitetônicas, criações científicas, modos de fazer, agir, pensar e outros (MILDER, 2005, p. 08).

A definição anterior é de suma importância, visto que o caráter ideológico do conceito patrimônio, conforme afirma Milder (2005, p. 08), é muitas vezes usado para a “construção de uma memória social excludente, recheada de heróis e vencedores e distante da maior parte da população”.

Ademais, a noção de patrimônio cultural ainda é desconhecida ou desconsiderada por uma parcela significativa da sociedade que tão somente o associa ao velho, ao antigo, ao retrógrado. De modo que, faz-se mister compreender que:

Reconhecer o passado cultural de que somos herdeiros dá-nos a garantia do equilíbrio de nossa identidade cultural, possibilitando-nos os meios de um bom relacionamento com o nosso presente e uma melhor perspectiva do nosso futuro (HORTA, 2008, p. 17).

Ainda, conforme a supracitada autora, é preciso que se supere aquela fase de afirmação, essencialmente reproduzida em decorrência do campo da História, de que “tudo que é antigo é bonito porque a professora disse”, de modo que a criança, o adolescente ou o adulto sejam capazes de apreciar a casa em que vivem e o mundo que os rodeia, de modo a que possam apreciar valores e características de épocas precedentes, sem desvalorizar ou supervalorizar (HORTA, 2008).

Segundo Bezerra (2008, p. 63), “a arqueologia, ao tratar de questões ligadas à memória, à construção e à legitimação de identidades, pode contribuir para a mudança deste quadro”, superando os conceitos elencados acima.

Tal envergadura é tomada por Teixeira (1971, p. 61 apud BEZERRA, 2008, p. 61) que afirma que “atividades investigativas permitem a ampliação da experiência cognitiva por meio dos processos de observação, análise e reflexão e conduzem a um novo modo de agir”, o que, segundo ele, significaria aprender.

Nesse contexto, é importante compreender que patrimônio é algo herdado dos antepassados, pois, segundo Horta (1999, p.06 apud SENAC, 2009, p. 11), “para que essa herança seja nossa, é necessário nos apropriarmos dela, reconhecendo como algo que nos foi legado, que deveremos deixar para os filhos e para as gerações seguintes”. Este pensamento evidencia uma base de responsabilidade de preservação sustentável desses bens para as futuras gerações.

A educação patrimonial seria, pois, um mecanismo para o alcance deste objetivo, uma vez que:

A educação é o portal de entrada para preservar o que existe de valor para um grupo ou sociedade. A educação patrimonial, por sua vez, constitui-se em ferramenta estratégica para estimular o cidadão a usar sua autonomia no sentido de valorizar e conservar seu ambiente e o patrimônio cultural que o integra (PAIVA, 2000, p. 04 apud SANTOS, 2007, p. 158).

As problemáticas sociais enfrentadas pelos alunos devem ser trazidas aos contextos escolares, de modo a construir uma transversalidade com as disciplinas, reportando à sala de aula o cotidiano do alunado, uma vez que a escola não é um *locus* apartado, mas integra parcela do seu dia a dia. Assim, a educação patrimonial, mesmo não fazendo parte do currículo obrigatório, pode e deve ser tratada neste contexto, bastando que o patrimônio cultural faça parte do cotidiano do aluno (SANTOS, 2007).

O propósito de trabalhar a questão cultural na escola, apesar de complexa, requer da escola uma nova configuração, que seja orientada para a multiplicidade de culturas existentes em um determinado espaço e tempo na sociedade. Segundo Moreira e Candau (2003, p.157 apud VIANA, 2009, p.20), “é necessária uma orientação ‘multicultural’ na escola e no currículo que se assente na diferença e na igualdade, que seria uma versão que os autores chamam de emancipatória do currículo, com base na diferença e no direito à diferença”. A construção de um currículo nestas bases significaria, conforme Viana (2009), requerer do professor uma nova postura, novos saberes e conteúdos baseados na necessidade de diferentes coletividades sociais.

A expressão Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil na década de 80 e foi inspirada em trabalhos e experiências educacionais desenvolvidas na Inglaterra.

Segundo Horta (1999), a proposta da Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil em termos conceituais e práticos no Seminário sobre o 'Uso Educacional de Museus e Monumentos' em 1983. A base dessa prática tem como pedra de toque a experiência direta com o objeto, buscando a 'experimentação' deste como fonte primária de conhecimento. Por meio desta abordagem, o aluno entra em contato com a produção cultural em sua materialidade com o objetivo de entender, pesquisar, interpretar e se apropriar dos significados e supostos valores destes bens, que se tornam instrumento de aprendizado na escola (HORTA, 1999 *apud* VIANA, 2009, p. 46-47).

A partir dessa proposta, muitos trabalhos foram e vêm sendo realizados com interesse de recuperar as memórias, a autoestima de "comunidades" e a preservação de bens culturais. Entre estes, merece destaque o Projeto Interação, desenvolvido na década de 1980, no âmbito da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, que tinha como objetivo "fortalecer a identidade cultural nacional por meio do estreitamento da relação escola-comunidade" (SANTOS, 2007, p. 154).

A educação patrimonial é um instrumento de "alfabetização cultural" (HORTA, 1999, p. 06) que permite à comunidade reapoderar-se de lugares, histórias e objetos, monumentos e tradições que foram ou são importantes, sendo legítimo o papel do Estado para que ocorra essa reapropriação. Cabe ao poder público promover propostas de aprendizagem que possam atrair a atenção da população (SENAC, 2009).

Tal acepção tem previsão legal nos Parâmetros Curriculares Nacionais, incorporando a temática da Pluralidade Cultural como transversal ao currículo e abordando o conhecimento e a valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais do território nacional, com toda a sua complexidade:

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e às críticas às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (BRASIL, 1998, p. 121).

Conforme o documento, considerar a diversidade não significaria negar a existência de características comuns, mas de aceitar a multiplicidade na cultura. A Pluralidade Cultural possibilitaria, pelos conteúdos e objetivos, "compreender e valorizar as diferenças étnicas e culturais, que não é o mesmo que aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade" (VIANA, 2009, p. 57).

O que se almeja, portanto, ao tratar de Pluralidade Cultural, não é a divisão ou esquadrinhamento da sociedade em grupos culturais fechados, mas o enriquecimento propiciado a cada um e a todos pela pluralidade de formas de vida, pelo convívio e pelas opções pessoais, assim como o compromisso étnico de contribuir com as transformações necessárias a construção de uma sociedade mais justa (BRASIL, 1997, p. 20-21)

Santos (2007, p. 157) aborda que a relação da sociedade com o patrimônio inclui as noções de identidade, reconhecimento, respeito e proteção, além de trazer a concepção de cidadania em seu escopo, conforme também pode ser associado aos parâmetros:

Conhecer a diversidade do patrimônio etno-cultural brasileiro, tendo atitude de respeito para com pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia (BRASIL, 1997, p. 43).

Assim, a ideia que permeia os projetos de educação patrimonial é condizente com a sensibilização da comunidade para que esta possa atuar juntamente com a instituição de preservação local na proteção dos bens culturais. Assim, uma vez que introjeta e torna consciente a importância dos bens culturais na formação de sua identidade e na constituição de seu patrimônio cultural – não precisará mais ficar esperando que o Estado, por meio da instituição competente, arque sozinho com a responsabilidade de proteger os bens culturais da nação (SANTOS, 2007).

Desta forma, é de se esperar a multiplicação de agentes na qualidade de educadores patrimoniais para que seja dizimada (disseminada) a “cultura da preservação patrimonial” com a formação dos docentes:

Espera-se que os conteúdos propostos sirvam de suporte para que o professor possa contemplar a abrangência solicitada pelo tema, adequando-os, ao mesmo tempo, aos objetivos e a realidade do seu trabalho, assim como as possibilidades de seus alunos [...] É importante lembrar que o estreito vínculo existente entre conteúdos selecionados e a realidade local, a partir mesmo das características culturais locais, faz com que este trabalho possa incluir e valorizar questões da comunidade imediata à escola. Contudo, a proposta levanta, também, a necessidade de referenciais culturais voltados para a pluralidade característica do Brasil, como forma de compreender a complexidade do País, bem como a ampliação do horizonte para o trabalho da escola como um todo (BRASIL, 1997, p. 47).

De acordo com o IPHAN, a educação patrimonial “é um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural como instrumento de afirmação da cidadania, que objetiva envolver a comunidade na gestão do Patrimônio” (SENAC, 2009, p. 11). Constitui-se, então, num campo interdisciplinar voltado para questões atinentes ao

patrimônio, através do qual o educando precisa vivenciar experiências que possam ser trabalhadas pelos professores de forma transversal, haja vista que:

É através da educação patrimonial que ocorre o processo ensino-aprendizagem e pode ser dinamizado e ampliado muito além do universo escolar onde toda a comunidade pode estar envolvida. Pode tornar-se um instrumento a mais no processo de educação que colabore com o despertar de uma consciência crítica e de responsabilidade para a preservação do patrimônio em toda sua expressão e percepção entre esse com sua identidade pessoal e cultural. (QUEIROZ, 2005, p. 05 *apud* SENAC, 2009, p. 11).

Contudo, é preciso adotar uma perspectiva pautada na educação popular que priorize três conceitos básicos, a saber: a autogestão (em que o indivíduo se envolve e toma pertença); a autonomia (participação direta na produção do conhecimento para a emancipação); e a solidariedade (rompendo com a lógica do individualismo). Deve-se compreender que um Projeto de Educação Patrimonial não deva ser um plano firme e acabado, mas envolto num processo dinâmico e ciclicamente construído: “Assumir a possibilidade de não ter um projeto pronto é alimentar a certeza de que a sociedade futura e suas conseqüentes instituições só podem surgir se forem fundamentadas num novo conjunto de práticas” (CARIBÉ, 2008, *apud* ERECOM, 2011).

O GEPAR – Grupo de Educação Patrimonial e arqueologia

O embrião do projeto de extensão EPA iniciou-se em 2012, em Teresina, capital do Piauí e em Pedro II, no interior do estado. Atualmente, já estamos consolidados com parcerias e estratégias de continuidade. O projeto de extensão EPA se transformou em Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia, com pesquisas no norte do Piauí e com integrantes de Pedro II, Piripiri, Parnaíba e Buriti dos Lopes, assim como parceiros: IFPI – Instituto Federal do Piauí, em Pedro II; a ABACC – Academia Buritiense de Artes, Ciências e Cultura, Secretaria de Educação e Assentamento Rural Josué de Castro – Fazenda Tinguís, em Buriti dos Lopes; a UNESPI – Universidade Estadual do Piauí (Curso de história), IFPI – Instituto Federal do Piauí através do NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, a Secretaria da Cultura, em Piripiri; a FID – Faculdade Internacional do Delta, em Parnaíba e a Secretaria de Cultura do Estado do Piauí. Fora do Piauí, há a parceria com a Secretaria de Educação de Itapipoca – CE.

O GEPAR, grupo de pesquisa criado a partir da primeira capacitação em Educação Patrimonial EPA de Buriti dos Lopes, com o intuito de que a sociedade conheça melhor seu patrimônio, vem atuando ativamente nas pesquisas da região norte do Piauí em duas

frentes principais: na prospecção arqueológica que terá como resultado a criação de um catálogo, já em execução; e no levantamento do patrimônio histórico, tanto da cidade como da zona rural, mais especificamente no Assentamento Rural Josué de Castro - Fazenda Tinguís, um dos locais onde aconteceu um importante fato histórico, “as balaiadas”[†]. Assim, o GEPAR busca desenvolver uma arqueologia comunitária[‡].

Na fazenda citada, acima já efetuamos duas visitas. A primeira ocorreu no dia 29 de abril de 2018 para reconhecimento do local e a segunda no dia 18 de junho de 2018, em caráter de pesquisa de campo. Na última data mencionada, a equipe era formada pelos integrantes e parceiros do GEPAR (arqueóloga coordenadora Elaine Ignacio, arqueólogo Mauro Júnior Rodrigues de Sousa, pesquisador Marcio Erasmo Falcão, Rômulo Fonteneles, poeta/historiador, Francisco Carvalho Nunes - poeta Neném Calixto), e contou com a participação e acompanhamento de alguns integrantes da comunidade do Assentamento Rural Josué de Castro, Elenar Luciano Pereira Bilha (coordenador do MST de Buriti dos Lopes), Maria Aldenir de Paula Rocha (tesoureira da associação, secretária do conselho da escola, coordenadora e líder comunitária da igreja católica) e alunos da Unidade Escolar Pedro Mariano de Freitas. Foram realizadas algumas atividades, tais como entrevista com os moradores locais, dos mais recentes aos mais antigos, e prospecção arqueológica.

A pesquisa de campo faz parte do projeto de Educação Patrimonial para que Buriti dos Lopes possa conhecer e melhor divulgar seu patrimônio cultural, seja nas escolas ou junto à comunidade. Os objetivos desta pesquisa em andamento consistem em entender os costumes e lendas através de relatos da história oral; compreender a história local através das pesquisas bibliográficas e materiais e procurar indícios que possam fundamentar uma portaria de escavação arqueológica histórica nos locais indicados pelos moradores mais antigos, onde localizavam-se as primeiras edificações da comunidade. O objetivo consiste em tornar possível provar materialmente a ocorrência do episódio das balaiadas, citado no livro História do Piauí de Kenerd Kruehl[§], assim como de outros eventos, para posteriormente reconstruir a paisagem cultural local através do tempo.

[†] Balaiada é no nome pelo qual ficou conhecida a importante revolta que se deu no Maranhão do século XIX. É mais um capítulo das convulsões sociais e políticas que atingiram o Brasil no turbulento momento entre a independência do Brasil e a proclamação da República.

[‡] Arqueologia comunitária significa envolver a população local nas pesquisas arqueológicas e nas políticas de representação do patrimônio cultural (MARSHALL, 2002).

[§] “No dia 31 de janeiro de 1839 a Balaiada teve início no Piauí. Neste ano, os rebeldes mataram, na sua Fazenda Tinguís, em Buriti dos Lopes, Ângelo Antônio Lopes, de 90 anos, quando trabalhava numa farinha. Para coibir novos ataques, o Capitão Mariano Castelo Branco comandou uma força no município até o final da revolta. Embora fatos como este tenham sido usados para justificar a repressão ao movimento, a verdade é que, a todo custo, os governantes tentavam mascarar a absurda concentração de terras nas mãos de poucos privilegiados, o recrutamento compulsório e a dominação absoluta de poucas pessoas sobre

Um ponto importante de toda a pesquisa é a constante interação com a comunidade local através da socialização. Em nossa última visita tivemos, por exemplo, alguns momentos de ações patrimoniais, tais como aula em campo sobre artefatos arqueológicos, vivências com antigas brincadeiras, além da confraternização em um almoço com a comunidade, acompanhado da boa música popular brasileira tocada e cantada por Marcos Paulo Rocha, um artesão local.

Com o desenvolvimento das ações, também foram identificados sítios arqueológicos pré-históricos, com pinturas e gravuras, que podem gerar inúmeras pesquisas científicas e acadêmicas, dada a potencialidade destas áreas. Trata das atividades de prospecção arqueológica de superfície na identificação de áreas arqueológicas e mapeamento de sítios realizado pelo GEPAR dentro do território geopolítico de Buriti dos Lopes, que está sendo realizado pelos Arqueólogos Mauro Júnior Rodrigues de Sousa, Francisco dos Santos Carvalho Júnior, os pesquisadores e professores Erasmo Marcio Falcão, Max Ronny Marques, coordenados pela arqueóloga Elaine Ignácio.

Foram identificados 06 (seis) Sítios Arqueológicos, divididos em sítios de gravuras e pinturas: Sítio Arqueológico Pedra do Letreiro, Sítio Arqueológico Ponte Pirangi BR343, Sítio Arqueológico Pedra do Peral, Sítio Arqueológico Porão do Japão, Sítio Arqueológico Branquinhas e Sítio Arqueológico Pedra de São Pedro. Os sítios estão próximos ao leito dos rios Longá e Pirangi em região de tensão ecológica. Todos se encontram na zona rural, com exceção do Sítio Arqueológico Ponte Pirangi BR343, que está em área federal, APA - Área de Proteção Ambiental, na Serra da Ibiapaba. A maioria dos sítios arqueológicos prospectados apresentam intervenção antrópica de vandalismo e degradação natural causada pela erosão pluvial, fluvial, como também diferentes depósitos de alteração (casas de insetos, dejetos animais, concreções minerais e pátinas).

Um catálogo das potencialidades arqueológicas e um livro de Educação Patrimonial está sendo produzido com as informações que foram e estão sendo coletadas para que seja utilizado como material didático pelas escolas públicas e em futuros processos de conservação e escavação junto ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Além das ações da pesquisa, conseguimos, também, junto à Secretaria de Educação Municipal, integrar a disciplina de Educação Patrimonial na sua base curricular (essa

política da província” (SANTOS; KRUEL, 2009, p. 97).

integração foi discutida nos meses de junho e julho de 2018 e fevereiro de 2019). Sabemos que a base nacional orienta a base estadual e, por fim, esta orienta a municipal. O município, por sua vez, adota o que o estado toma como disciplina obrigatória, mas também tem a opção de incluir disciplinas diversificadas. A participação do secretário de cultura nos eventos do EPA fez com que este observasse o quanto seria imprescindível a inclusão da disciplina de Educação Patrimonial para o município, devido a importância da preservação da cultura material e imaterial e do fortalecimento das identidades regionais no Estado. Sendo assim, a partir da nova base curricular de Buriti dos Lopes, a disciplina Educação Patrimonial passará a ser uma disciplina diversificada oferecida no município.

Para a implementação da disciplina, estamos realizando uma pesquisa sistemática através da aplicação de questionários que buscam levantar a abrangência do conhecimento sobre patrimônio cultural. Os formulários foram reformulados em uma primeira fase de aplicação e estão sendo utilizados para diagnóstico junto aos alunos e professores. Desta forma, conseguiremos capacitá-los de uma maneira mais efetiva.

A partir dos eventos executados em 2018, fomos convidados para realizar a Jornada de Educação Patrimonial na cidade de Itapipoca-CE, e, na cidade de Piri-piri – PI, além de continuarmos com as pesquisas que já vem sendo executadas sistematicamente, como já foi dito anteriormente, desde 2012.

A Educação patrimonial vem sendo uma importante ferramenta do trabalho da Arqueologia junto à sociedade, através do ensino formal e não formal. Portanto, tornam-se necessárias ações continuadas.

Considerações Finais

O desenvolvimento do presente Projeto no Estado ocorre pela peculiaridade da paisagem cultural do Piauí, que abrange desde formações geológicas de milhões de anos até vestígios materiais de civilizações pré-colombianas e da ocupação humana nesta região em séculos de história, constituindo-se, ao lado das manifestações culturais de nossa gente, em um vasto acervo cultural a ser preservado para as futuras gerações. Nesse sentido, são necessárias ações continuadas de conservação e socialização destes patrimônios, a serem realizadas através de ações de difusão do conhecimento, por meio de atividades de Educação Patrimonial. Estas ações devem ser voltadas para a sensibilização dos habitantes com o intuito de fomentar o envolvimento dos partícipes

com a preservação do patrimônio cultural, promovendo e conservando a arqueologia pré-histórica e histórica do Estado.

Justifica-se ainda, a promoção do conhecimento sobre o patrimônio cultural de natureza arqueológica, objetivando a sua preservação e a salvaguarda do passado pré-histórico e histórico da região Nordeste. O Projeto GEPAR constitui-se como uma ferramenta multivariada na construção das identidades coletivas no Estado do Piauí e na valorização do patrimônio cultural, através da Educação.

O “educador patrimonial” deve ser munido de sensibilidade suficiente para anular as barreiras que existem entre o mundo acadêmico e a comunidade, conhecendo e reconhecendo suas dificuldades e diferenças por meio do desenvolvimento de ações. Estas experiências demonstraram ser muito benéficas e levam as comunidades à autorreflexão acerca da valorização da cultura da sua cidade ou município, sendo necessário constituir caminhos didáticos e pedagógicos para que a Educação Patrimonial possa fazer parte do dia a dia e seja algo concreto e contínuo também nas escolas.

Os relatos e vivências decorrentes das visitas técnicas à comunidade trouxeram à tona a relação existente entre esta e o seu patrimônio, que teme pelo fim dele, o que reforça mais uma vez a importância das ações patrimoniais na área de estudo.

Referências

- BARROS, M. Escova. In: _____. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.
- BESSEGATO, M. L. Por aí e aqui: o patrimônio no cenário educativo. In: MILDNER, S. E. S. (Org.). *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: UFSM-LEPA, 2005.
- BEZERRA, M. Arqueologia e educação. In: BARRETO, E. A.; ZARATIM, J. R.; FREIRE, L. R.; BEZERRA, M.; CAIXETA, M. J. C.; OSVALDO, V. L. A. *Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados*. Goiânia: Universidade Federal do Goiás, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 mai. 2012.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2012.
- ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ERECOM). *Projeto Político do ERECOM N/NE3*. Teresina, PI, 2011.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HORTA, M. L. P. Educação Patrimonial. In: BARRETO, E. A.; ZARATIM, J. R.; FREIRE, L. R.; BEZERRA, M.; CAIXETA, M. J. C.; OSVALDO, V. L. A. *Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados*. Goiânia: Universidade Federal do Goiás, 2008.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MARIANI, A. *Memória e educação*. Rio de Janeiro: IPHAN, Paço Imperial, 2008. (Cadernos de Ensaios;1).

MARSHALL, Y. What is community archaeology. *World Archaeology*, v. 32., n. 2, p. 211-219, 2002.

MILDER, S. E. S. (Org.). *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: UFSM-LEPA, 2005.

SANTOS, C. H. Educação patrimonial: uma ação institucional e educacional. In: IPHAN. *Patrimônio: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, G.; KRUEL, K. *História do Piauí*. Teresina: Zodíaco, 2009. 536 p.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC). *Educação patrimonial em Icó: conceitos e diretrizes*. Fortaleza: Editora Senac Ceará, 2009

VIANA, U. F. *Patrimônio e educação: desafios para o processo de ensino-aprendizagem*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/-%20uhelinton.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

VIOTTO FILHO, I. A.; PONCE, R. F. Desenvolvimento cognitivo: alguns subsídios para a compreensão da teoria de Jean Piaget. *Avesso avesso*, Araçatuba. v. 3, n. 3, p.141-157, jun. 2005. Disponível em: <http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v3_artigo09_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.